


Universidade Católica "Santa Teresa de Jesus" de Ávila

Cardeal Robert Sarah

**Conferência «A família face à
ideologia de género»**

Cátedra "Santa Teresa de Jesus" de estudos sobre a mulher

Editado por 

Cardeal Robert Sarah

Conferência: “A família face à ideologia de gênero”

Tradução por IA (ChatGPT)
do texto em espanhol

Obrigado. Excelências, queridos amigos, gostaria de agradecer a Deus a honra e o privilégio que me deu por poder estar aqui convosco esta tarde, para vos falar da família e da ideologia de género. O cardeal Carlo Caffarra, arcebispo emérito de Bolonha e primeiro presidente do Pontifício Instituto João Paulo II para os Estudos sobre o Matrimónio e a Família, declarou o seguinte durante uma entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2008: *“Quando fui nomeado pelo Santo Padre como primeiro presidente do Pontifício Instituto João Paulo II para os Estudos sobre o Matrimónio e a Família, recebi uma carta da irmã Lúcia de Fátima, que se encontra nos arquivos desse instituto. Nela, dizia-me sem ambiguidades: ‘A batalha final entre o Senhor e o reino de Satanás passará pelo matrimónio e pela família’. No entanto — acrescentava — ‘não tenhais medo, porque todos aqueles que trabalham pela santidade do matrimónio e da família encontrarão sempre oposição; serão combatidos por todos os meios possíveis, porque o que está em jogo é decisivo. Contudo, Nossa Senhora já esmagou a cabeça de Satanás’.”*^[1]

Por sua vez, após a sua viagem apostólica a Fátima, o Papa Bento XVI, numa entrevista de 11 de maio de 2010, não teve medo de afirmar que “sempre soubemos isto, embora, nos nossos dias, isto se manifeste diante dos nossos olhos de modo terrível: as maiores perseguições contra a Igreja não vêm dos seus inimigos externos, mas dos pecados cometidos dentro da própria Igreja, pelos quais a Igreja precisa urgentemente de fazer penitência para se purificar”.^[2]

As famílias cristãs sofrem todos os dias ataques em todo o mundo. Como veremos, a ideologia de género é sustentada, promovida e aplicada pela Organização Mundial da Saúde, que depende da Organização das Nações Unidas (ONU), e por numerosas instituições educativas e de saúde sediadas nos Estados ocidentais (América do Norte, Europa Ocidental, Austrália e Nova Zelândia).

O Papa Francisco, durante a sua viagem apostólica a Manila, não hesitou em denunciar com vigor uma “*colonização ideológica contra a família*”^[3], que procura destruí-la introduzindo-se e difundindo-se nas sociedades e culturas dos países em vias de desenvolvimento. No n.º 56 da

sua Exortação Apostólica pós-sinodal *Amoris Laetitia*, critica com firmeza a ideologia mortífera do “gender”, “*que nega a diferença e a reciprocidade natural entre um homem e uma mulher. Deixa entrever uma sociedade sem diferença de sexo e mina a base antropológica da família. Esta ideologia inspira projetos educativos e orientações legislativas que promovem uma identidade pessoal e afetiva radicalmente desligada da diversidade biológica entre o masculino e o feminino*”.^[4] O cardeal Francis Arinze, comentando estas palavras do Papa Francisco, afirmou que “os meios de comunicação adquiriram o hábito de desfigurar, secularizar e até comercializar o matrimónio e a família”.^[5] Isto torna-se muito evidente naqueles programas repletos de erotismo e pornografia, destinados inclusive a crianças: em muitos países ocidentais, desde a educação infantil, as crianças recebem uma “reeducação”, isto é, as suas consciências são manipuladas e contaminadas pela ideologia de género. Em alguns países, as famílias nem sequer têm a possibilidade de escolher. Por exemplo, em 2006, na Alemanha, tentou-se obrigar uma família cristã protestante com oito filhos a participar em experiências chocantes sob a égide da educação sexual. Os pais decidiram não enviar os filhos a essas aulas e foram condenados a pena de prisão...

Eu próprio, no meu livro intitulado *Deus ou nada*,^[*] denunciei com firmeza a teoria de género como um ataque frontal contra a família e a sua vontade de a destruir, insistindo no seu carácter particularmente nocivo para os países africanos, que se encontram submetidos a um novo colonialismo por parte dos países ocidentais — diretamente ou através de organizações internacionais que estes dominam de forma absoluta e sem qualquer vergonha.

1. Génese da ideologia de género.^[6]

O género – “gender” em inglês – tem a sua origem no campo das ciências humanas de inspiração freudiana. Foi um termo cunhado em 1955 nos Estados Unidos: John Money, psiquiatra de Harvard, perante casos de hermafroditismo, introduziu o conceito de função de género, “gender role” em inglês, que definiu da seguinte forma: “*género é tudo o que uma pessoa diz ou faz para se mostrar como possuidora de um estado de homem ou de mulher*”. Deste modo, esta nova noção de função social como fonte da

identidade sexual continha já o germe de todo o projeto ideológico de gênero que se desenvolveria nas décadas seguintes.

Trinta e cinco anos depois, já nos anos 90 do século passado, Judith Butler, líder da revolução do gênero, declara que as palavras “sexo” e “gênero” não são substantivos, mas ... verbos. Isto significa que um indivíduo, homem ou mulher, se torna naquilo que ele ou ela decide *dizer e fazer*. Por conseguinte, Judith Butler afirma que “*ser homem ou mulher não é algo que somos, mas algo que fazemos*”.

2. Motivos espirituais de uma batalha

A teoria aberrante e delirante do gênero, que se apresenta — e isto já é o cúmulo — como “científica”, consiste na realidade numa impostura pseudo-científica. Lança as suas raízes num húmus que se pode qualificar como particularmente turvo, e sobre o qual não hesito em dizer que vejo “a mão do próprio diabo”. Mas do que se trata? Qual é o fundamento desta ideologia e como podemos combatê-la? Sabemos, pela Sagrada Bíblia, que Satanás é “homicida” desde a sua origem.^[7] Porquê homicida? A quem quer matar o diabo com um empenho e uma obstinação que só terminarão com a batalha final mencionada no Apocalipse?^[8] Satanás quer matar, quer destruir Deus em nós, ou seja, a pessoa humana criada à imagem de Deus; ^[9] quer fazer de nós indivíduos, “zombies” sem alma e dotados de um corpo transformado numa espécie de maquinaria sujeita às manipulações genéticas e ao transumanismo. Sim, é isso que o Adversário quer: pretende sujeitar-nos a si, o Príncipe deste mundo, para nos manipular melhor, quebrando num primeiro momento o “cordão umbilical” que nos liga a Deus e, num segundo momento, alimentando a ilusão — uma verdadeira armadilha — de que somos apenas um conjunto de células condenadas a sobreviver graças a uma tecnologia cada vez mais sofisticada, libertando-nos assim da nossa condição humana para fazer de nós os nossos próprios deuses.^[10]

3. A história da pseudo-libertação do homem: da pessoa ao indivíduo, e do indivíduo ao “zombie”

A pseudo-libertação do homem inscreve-se na história dos últimos três séculos, sendo a ideologia de género o seu último e lamentável avatar. Vou explicar-me: a libertação de Deus Pai ocorreu já há bastante tempo, quando as democracias ocidentais se formaram num contexto deísmo. Os grandes pensadores do racionalismo (de Voltaire a Diderot, passando por d'Alembert) deram origem à célebre Revolução Francesa, que será apresentada pela corrente laica como a génese da libertação do homem em relação ao Deus dos cristãos^[11] e, portanto, também em relação à Igreja e ao seu Magistério, considerados “opressores”. Contudo, para os racionalistas, Deus é o arquiteto supremo do universo que se desinteressa totalmente das suas criaturas. O deísmo dos enciclopedistas matou, assim, a paternidade em Deus. J.-J. Rousseau chegou mesmo a afirmar que a paternidade é um privilégio social.^[12] É isto que eu chamo “cortar o cordão umbilical”, e esta etapa decisiva dará origem a outras que, progressivamente, transformarão a pessoa em indivíduo e, depois, num “zombie”.

De facto, se Deus já não é Pai, o cidadão deixa de ser filho. Deixa, portanto, de ser uma pessoa que recebe tudo do seu Pai; torna-se um indivíduo, entregue a si mesmo na organização do mundo e do seu próprio destino. Como já não recebe a sua identidade (d'Aquele a cuja imagem e semelhança foi criado), deve construí-la sozinho, apoiando-se apenas na sua razão. Como afirmaram os Papas João Paulo II e Bento XVI, as duas asas que nos permitem elevar-nos à contemplação da verdade são a fé e a razão.^[13] Cortando a asa da fé, o homem desequilibra-se e, de facto, foram precisos três séculos para que o homem colidisse com a terra firme das suas próprias convicções, para que fosse esmagado como um vulgar inseto: primeiro nos campos de concentração nazis e nos gulags comunistas e, depois, de um modo mais assético, no lodo da ideologia de género.

Atualmente, com a ideologia de género, o homem encontra-se abandonado, desprezado; destrói-se o homem, destroem-se os seus valores, a sua sexualidade, e ele é reduzido a pouco mais do que um animal. O homem está entregue apenas à sua razão e, por isso, perde pouco a pouco todo o contacto com a Fonte — a paternidade de Deus — que ilumina a sua consciência. É verdade que as Declarações dos Direitos Humanos, os preâmbulos das Constituições e as primeiras Cartas da Sociedade das

Nações (SDN) e das Nações Unidas (ONU), dos séculos XIX e XX, refletem ainda em grande medida as normas do direito natural; porém, o direito positivo, que atualmente reina de forma absoluta, afasta-se pouco a pouco delas e obriga os legisladores a calarem-se, no melhor dos casos, ou a negar-se a si mesmos, no pior dos casos.^[14] Vejamos um exemplo — o mais grave e o mais significativo: os Estados ocidentais, assim como as instâncias internacionais que eles próprios controlam, como a União Europeia, são incapazes de definir de forma clara o que é um embrião humano e de afirmar aquilo que toda a consciência humana já sabe — baseando-se unicamente na razão e também na ciência^[15] — e que constitui uma norma essencial e fundamental do *direito natural*:^[16] a saber, que desde o momento da sua concepção, o embrião humano é um *ser humano* que, conseqüentemente, possui um *direito* imprescritível e absoluto à vida. Assim, para evitar contradizer o pseudo “direito ao aborto” e atrair sobre si a ira da casta mediático-política dominante, o legislador “anda pelas ramas”, se me permitem usar esta expressão um pouco trivial: ou se cala e, como um Pôncio Pilatos contemporâneo, recusa pronunciar-se, como faz a União Europeia, que deixa a cada um dos seus Estados-membros a tarefa de regulamentar esta questão;^[17] ou então esforça-se por encontrar uma expressão que não desagrade a ninguém — daí esta definição, pelo menos rebuscada, que a Comissão Nacional Consultiva de Ética francesa inventou em 1984: “o embrião é uma pessoa humana *potencial*”. O termo “potencial” deve entender-se obviamente como sinónimo de “em projeto” e, portanto, “ainda não existente”. Trata-se de uma constatação: a morte da ontologia já passou por aí ...

Deste modo, como resultado do divórcio entre o indivíduo e a pessoa, o Ocidente — e, depois dele, o resto do mundo, nomeadamente através da colonização e, mais tarde, da dominação económico-financeira dos países em vias de desenvolvimento — afundou-se no individualismo e nas ideologias. A história mostra amplamente que o deísmo desencadeou um processo que conduziu a civilização ocidental, isto é, a civilização judaico-cristã, da morte de Deus e do niilismo do século XIX à própria morte do homem no século XX, para finalmente desembocar, na segunda metade do século XX, num colapso sem precedentes da instituição familiar, veículo fundamental da pessoa humana. *Friedrich Nietzsche*, com a sua teoria do super-homem, que apresentava como remédio para o desespero provocado

pela morte de Deus;^[18] *Sigmund Freud*, com a sua nova antropologia baseada nas pulsões primárias como motivação exclusiva das ações humanas; *Jean-Paul Sartre*^[19] e o seu niilismo libertário, aparentemente genial — estes três pensadores acabaram por inocular na consciência coletiva e, portanto, também na individual, a ideia de que a “libertação” do indivíduo passa pelo *assassinato do pai*, levando a cabo o seu plano diabólico através dos célebres acontecimentos de Maio de 1968, um movimento libertário cujas ideias se propagaram para lá do antigo “muro de aço” a partir da queda do Muro de Berlim, em 1989.^[20]

A seguir ao assassinato do pai, passámos ao *assassinato da mãe*, com o feminismo radical que opõe os direitos da mulher, a sua liberdade e a sua igualdade, por um lado, à identidade feminina no quadro da complementaridade dos sexos e, portanto, à maternidade. Margaret Sanger (1879-1966), fundadora da “Planificação Familiar Internacional” e figura destacada do feminismo ocidental, não pretendia justamente o acesso livre e gratuito aos contraceptivos para “*libertar a mulher da escravidão da reprodução*”? Desta forma, asfixiou-se o sentido da feminilidade e da maternidade no seio da cultura ocidental, porque sabemos perfeitamente que entre a contraceção e o aborto legalizado, e financiado com fundos públicos, havia apenas um passo — passo esse que os legisladores se apressaram a dar entre as décadas de 1970 e 1990...^[21]

No final do século XX, o pai, a mãe, o esposo, o filho e a filha tinham todos perdido o estatuto que, numa sociedade digna desse nome, lhes devia ser reconhecido: a “família” estava abalada nos seus fundamentos. Nos nossos dias, a família tornou-se até um conceito abstrato e instável, sujeito a interpretações diversas e contraditórias — daí o mal-estar dos legisladores perante a tarefa de a definir e daí também a recente decisão tomada pelo governo francês de substituir o “Ministério da Família” pelo “Ministério das Famílias”. Segundo afirma, fê-lo “*para ter em conta as diferentes realidades da sociedade contemporânea*”... perante a indiferença quase generalizada da opinião pública e com a aprovação, essa bem ruidosa, do meio político-mediático dominante.

É preciso compreender que este longo processo, que se pode qualificar de “revolucionário”, e que começou com a morte de Deus-Pai no século

XVIII e terminou com a morte do homem, reduzido a simples “indivíduo”, no final do século XX, conduz diretamente à ideologia de género. Mas de que maneira? Neste início do século XXI, as sociedades ocidentais tornaram-se desertos espirituais e demográficos: basta passear pelas ruas de Londres, Paris, Berlim, Madrid ou Roma para disso nos apercebermos — poucas crianças, poucos carrinhos de bebé, famílias reduzidas ao mínimo: um homem e uma mulher (que muitas vezes são simples “companheiros”, coabitando durante um período limitado), com um ou dois filhos, quando não substituem os filhos por animais de estimação. E temos também os casais homossexuais entrelaçados, que assim expressam cada vez mais a sua “diferença”.

Depois, encontramos ainda a presença maciça de uma população estrangeira que, na Europa Ocidental, submerge os povos nativos paralisados — populações oriundas de outros continentes, os continentes da fome e da opressão política, de culturas e religiões diferentes. Em suma, um laicismo e um indiferentismo generalizados, alimentados por aquele famoso dístico do Império Romano no seu apogeu e já então em queda inevitável: “*panem et circenses*” ou, se preferirem, num vocabulário mais atual, “consumo e entretenimento” a todo o custo... em vez do esforço e do trabalho. Estes cidadãos-indivíduos, portanto “individualistas”, condenados à solidão no melhor dos casos e, no pior, ao suicídio — por vezes “assistido” (e legalizado) — são radicalmente indiferenciados: não passam de consumidores perante os quais os sítios de Internet fazem o seu mercado graças à avaliação estatística dos seus desejos. Acabamos de descrever o quadro da sociedade ocidental do vazio, que, além disso, é uma sociedade depressiva e adolescente.^[22] Daí ao bricolage do “género” é apenas um passo — e é este vazio que permitiu aos Mefistófeles ocidentais, sobretudo norte-americanos, aperfeiçoarem o seu projeto de reconstrução social com bases pseudo-científicas e laicistas, verdadeiramente diabólicas. O caldo de cultura está pronto para a revolução final, que corresponde também ao “combate definitivo” mencionado no Apocalipse: a revolução do género, que transforma o indivíduo num “zombie”. É o niilismo total, radical, absoluto, que é o prelúdio da morte da humanidade. É a Hora do combate entre estas névoas onde naufraga uma humanidade confrontada com os demónios do niilismo libertário, e a Luz que só a Igreja transporta como uma tocha — tocha que tantas vezes se assemelha àquela pequena chama da

Esperança cantada por Charles Péguy há já um século, e que nenhuma tempestade poderá apagar. Porque a nossa fé em Cristo, fundamento da nossa esperança — a nossa fé em Cristo ressuscitado, o Homem Novo, Deus feito homem — é essa tocha, essa chama que ilumina as nossas vidas e a nossa consciência de homens e mulheres criados “à imagem e semelhança de Deus”. A Igreja é o último e o único refúgio contra essa nova barbárie do “gender”, diante da qual os Hunos de Átila, no século V, não passam de uma ameaça insignificante. Sim, esses bárbaros que, no ocaso do Império convertido ao cristianismo, o Papa Leão I conseguiu deter às portas de Roma graças à sua persuasão, souberam aí parar a sua ação maléfica.

Farão o mesmo os nossos “doutores Fausto” contemporâneos? Aceitarão romper o seu pacto diabólico com o Adversário, que lhes diz — como disse aos nossos primeiros pais: “sereis como deuses”? Sim, atualmente, a Igreja é o único e o último refúgio contra esta nova barbárie, mas, tendo em conta os costumes e hábitos pagãos deste nosso mundo, a palavra da Igreja tem de ser clara, límpida, sem ambiguidades e suficientemente forte para afastar os crentes de tudo aquilo que os desviaria da aliança com Cristo e dos seus ensinamentos.

De seguida, vou falar de algo que não constava na conferência que tinha inicialmente preparado, mas que quero comentar. Há algo que me parece triste. Os países ocidentais decidiram, de certo modo, unir-se para se oporem frontal e radicalmente a Deus, promulgando leis que destroem o desígnio de Deus sobre a família e sobre o matrimónio. Há uma vontade e meios financeiros, técnicos e mediáticos, não apenas para romper ou destruir, mas também — e sobretudo, diria eu — para acabar com os fins do matrimónio, para desestruturar e desnaturalizar a célula da família. Infelizmente, alguns prelados de alto nível, especialmente em países mais opulentos, empenham-se em introduzir modificações na doutrina e na moral cristãs no que diz respeito ao matrimónio, aos divorciados recasados e a outras situações irregulares. Estes guardiães da fé, que deveriam defender aquilo que defende o Magistério da Igreja, têm de saber que terão de prestar contas diante de Deus, e que o problema fundamental colocado pela destruição dos fins do matrimónio é um problema de moral natural. É na ordem natural que o homem e a mulher são chamados a unir-se de modo

indissolúvel, para se exprimirem ternura, para se apoiarem mutuamente numa complementaridade harmoniosa. Esta realidade natural foi elevada pelo Senhor à dignidade de sacramento, e é essa realidade que a Igreja deve defender e proteger até à morte, para a salvação da humanidade.

Agora, vou continuar a conferência, depois deste parêntese.

4. Definição de género

Se quisermos identificar numa única frase o núcleo ideológico da revolução do género, eu diria o seguinte: *“Para o género, a masculinidade e a feminilidade, com a complementaridade dos sexos, a paternidade e a maternidade, e, portanto, a filiação — e evidentemente a nupcialidade e, consequentemente, o matrimónio entre um homem e uma mulher e, por conseguinte, a família, com a vocação educativa do pai e da mãe — tudo isso não passa de... vento, vazio... não existe em si mesmo, pois são construções sociais elaboradas ao longo dos séculos, particularmente sob a pressão das religiões, entre as quais o judaico-cristianismo, para impedir o indivíduo de aceder à verdadeira liberdade e igualdade dos cidadãos. São, portanto, estereótipos discriminatórios dos quais é preciso libertar-se (daí o processo revolucionário), e que temos de desconstruir e demolir por todos os meios possíveis: financeiros, políticos, culturais (artes, meios de comunicação, linguagem, modas...), educativos e, portanto, legislativos”*.^[23] Isto significa, em particular — embora não exclusivamente — que a individualidade não é *recebida*: aquilo que faz da pessoa um “homem” ou uma “mulher” não é recebido nem inato, mas encontra-se continuamente *em construção*, o que dá origem à indiferenciação dos sexos. Notemos que, nestas barricadas de um novo género, são sobretudo os meios de comunicação dominantes, as artes subsidiadas, algumas cátedras universitárias, laboratórios e centros de investigação de todo o tipo, bem como — nas manifestações e ágoras de “Podemos” em Madrid ou da “Nuit Debout” (“Noche en pie”) em Paris — onde assistimos à convergência de duas “coortes”: a das feministas e a do movimento LGBT,^[24] unidas na mesma vontade de desconstrução antropológica.

5. A “desconstrução” do género é uma destruição

Tomemos um exemplo de desconstrução provocada pelo género: o da *linguagem*. Passámos:

- do *esposo* ou *marido* e da mulher como vínculo único e sujeito de uma doação total de si para a vida, para as “*uniões da facto*” ou “*namorados*”,^[*] múltiplos e temporários;
- da *maternidade* ao *direito* da mulher de dispor livremente do seu corpo”;
- do *matrimónio* entre um homem e uma mulher, enquanto instituição estável, para a celebração cultural do *amor livre*, hetero- ou homossexual, sem compromisso;
- da *família para as famílias*”, ou para a *família em todas as suas formas*;
- da *procriação* para a *reprodução* ...^[25]

É interessante constatar que a nova linguagem do género substitui palavras que exprimem realidades universais e que o cristianismo enalteceu. Assim, os seguintes termos — presentes no hino à Caridade de São Paulo (1 Cor 13) — são apagados da linguagem do género e, portanto, cada vez mais, da governança mundial e estatal: *dom, plenitude, serviço, mal, inveja, alegria, verdade, esperança, perfeição*... Em contrapartida, eis algumas palavras e expressões derivadas da ideologia do género, que constituem uma espécie de base de dados, correspondente a um novo *corpus linguae*, muito estranho, de carácter sociológico-científico: mencionemos algumas delas: *perspetiva de género, neutro quanto ao género, discriminação com base no sexo, especialista em género, sexoespecificidade, estereótipos sexuais*.^[26]

Deste modo, o género passou para os costumes e prossegue o seu caminho de “desconstrução”, isto é, de destruição da família e, portanto, da sociedade, numa indiferença quase generalizada. Devemos tomar consciência disto urgentemente para decidirmos empreender a resistência, seja qual for o preço a pagar: da troça à marginalização, e da prisão ao martírio. O veneno já foi inoculado tanto ao nível das nações como das instâncias internacionais, entre as quais a mais notória e influente é a ONU (as Nações Unidas), como demonstraremos a seguir.

6. A difusão da ideologia de género ao nível dos Estados e das organizações internacionais

– Ao nível dos Estados

A ideologia de género é sustentada, promovida e aplicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que depende das Nações Unidas (ONU), e por numerosas organizações não governamentais (ONG), sobretudo instituições de educação e de saúde sediadas nos Estados ocidentais. Para medir o grau de aberração antropológica a que chegaram os países ocidentais, eis dois exemplos significativos referentes à França:

1. A Fundação Jérôme Lejeune não cessa de denunciar — perante uma indiferença quase total — que o diagnóstico pré-natal provoca o aborto e, portanto, o assassinato de 96% das crianças com síndrome de Down: é o rio de sangue dos novos Santos Inocentes.^[27]

2. Em 22 de março de 2016, o tribunal correcional de Blois condenou a um ano de prisão com pena suspensa uma mulher que tinha vendido pela Internet dois dos seus filhos a dois casais diferentes — não por ter considerado os seus filhos como mercadoria e os ter vendido, mas por ter enganado (defraudado) os casais compradores...^[28]

Todos os países que rejeitam aderir a esta ideologia são geralmente sancionados: por exemplo, esses Estados são penalizados na receção de ajudas ao desenvolvimento. Estas ajudas ficam, portanto, condicionadas à aceitação, por parte desses países, da ideologia de género. Esta autêntica colonização afeta todo o continente africano, especialmente a África chamada subsaariana, mas também a Ásia e a América Latina.

Nesses países, muitos viram-se obrigados a criar ministérios do “género”. Com efeito, só em África, cerca de quinze Estados já adotaram políticas nacionais de tendência “gender” no seio de diversos ministérios (educação, mulher, família, juventude, saúde, trabalho, desenvolvimento social ou ainda cultura).^[29] Estes definem o género da seguinte forma — cito, por exemplo, a definição de um deles: “um conjunto de funções e de relações entre o homem e a mulher, que não são determinados pela biologia, mas que dependem do contexto social, cultural, político e económico”. Os

países africanos — e, mais geralmente, os países em vias de desenvolvimento — que se inclinam a resistir à vaga homossexual, tendem a abrir amplamente as portas à perspectiva de género na sua aceção feminista, sem se aperceberem de que a homossexualidade legalizada seguirá imediatamente esta deriva, pois está incluída naquilo que poderíamos chamar o “pacote de oferta” envenenado.

– Ao nível dos organismos internacionais^[30]

Nas instâncias intergovernamentais e internacionais, que inspiram a legislação e os comportamentos dos diversos Estados, o recurso à teoria do género representa uma rutura com a linguagem dos instrumentos jurídicos vinculativos adotados anteriormente, nos anos 1990. Tomemos o exemplo da ONU (Nações Unidas). Até aos anos 1990, os diversos documentos jurídicos referiam-se aos “homens e mulheres”, aos “esposos”, ao “marido” e à “mulher”, aos “pais”, ao tratar da igualdade de todos os seres humanos em dignidade e direitos, ou de questões relativas à família, ao matrimónio, à educação dos filhos. ^[31]

Do mesmo modo, o Presidente da Fundação Jérôme Lejeune, Jean-Marie Le Méné, declarou que «a grande vitória da ideologia transumanista consiste em ter reciclado uma eugenia detestável — condenada depois do nazismo — numa eugenia aceitável. A ordem estabelecida é, doravante, a eliminação por compaixão das pessoas com deficiência. A jornalista Anne Sinclair não afirmou, a 5 de março de 2016, a propósito do aborto de crianças diagnosticadas com síndrome de Down, que se tratava de uma “eugenia protetora para evitar tragédias”? As políticas cederam à indústria farmacêutica. Com 96% de abortos de crianças diagnosticadas com síndrome de Down, a nossa sociedade tornou mortal uma patologia que não o é. Trata-se de uma convulsão inédita na história da medicina» (cf. *L’Homme nouveau*, n.º 1611, 26 de março de 2016, p. 4).

Desta forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, arts. 16 e 26/3; o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ICCPR) de 1966, art. 23/3; referem-se igualmente de modo explícito ao sexo masculino ou feminino quando tratam a questão da não discriminação.^[32] A Carta das Nações Unidas de 1945 afirma “os direitos

iguais de homens e mulheres” (preâmbulo, 2).^[33] Os instrumentos jurídicos da ONU desta época reconhecem também a família (no singular) como base natural e fundamento da sociedade.^[34] com direito à proteção da sociedade e do Estado, e fundada sobre o matrimónio livremente contraído entre um homem e uma mulher.^[35] A mudança começou a ocorrer durante a Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim (4–15 de setembro de 1995), marcada pela intervenção muito notável de uma feminista célebre, Hillary Clinton, então Primeira-Dama, que declarou, com uma simplificação surpreendente: “*os direitos das mulheres são direitos humanos*”. Apesar da oposição virulenta de países como os Estados Unidos e a França, a Santa Sé não hesitou em manifestar claramente os seus pontos de desacordo presentes no documento preparatório da Conferência, onde pôde observar, por exemplo, que as palavras “mãe” ou a expressão “a família é a unidade básica” estavam mencionadas entre parênteses.

O género avançava ainda parcialmente oculto, pois não está explicitamente definido na Plataforma de Ação de Pequim. De facto, os seus promotores, maioritariamente ocidentais, que tinham conseguido introduzi-lo furtivamente no documento, evitaram dar uma definição, levando muitos a interpretá-lo no seu sentido gramatical tradicional. No entanto, o mal-estar era palpável.

Depois da Conferência de Pequim, a agenda oculta começou a revelar-se. Os organismos da ONU aplicaram-se a definir o “género”. Estas chamadas definições permanecem longas e ambíguas; mudam sem cessar, mas permitem também uma interpretação que inclui a orientação sexual e a identidade de género. A definição mais “notável” é a de *ONU Mulheres*: afirma que o género corresponde “*aos atributos sociais e às oportunidades associadas ao facto de ser homem ou mulher e às relações entre mulheres e homens, bem como às relações entre mulheres e entre homens*”, acrescentando que “*esses atributos, oportunidades e relações estão circunscritos a um contexto e a um tempo específicos, pelo que podem sofrer alterações*”. A ONU Mulheres pressiona para que a “*igualdade de género e os direitos das mulheres*” sejam integrados nos tratados “*mundiais*”, em particular na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Assinalemos que a ONU Mulheres evita intencionalmente usar o termo “tratados

internacionais”, preferindo “tratados mundiais”, para tornar clara a sua vontade de impor a todos os países, sem exceção, a ideologia de género. Além disso, a ONU Mulheres considera que o documento “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio” (ODM) omitiu alguns componentes essenciais relativos ao género, como “a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos” (SDSR). Estes incluem, em particular, o objetivo de um acesso “universal” (ou “mundial”) à “gama completa” de preservativos, seja qual for a idade e o estado civil, ao aborto “seguro”, e a uma “educação sexual completa” puramente “técnica”... E a ONU Mulheres conclui: “O quadro de desenvolvimento para além de 2015 deve reconhecer que a falta de controlo das mulheres e das adolescentes sobre os seus corpos e a sua sexualidade constitui uma enorme violação dos seus direitos”.

– A ditadura através da subversão ideológica

Segundo a ideologia de género, a família tornou-se um lugar onde se negoceia o poder. Já não é a célula básica da sociedade e, muito menos, um espaço de amor ou de comunhão interpessoal. A família, segundo os teóricos do género, é uma fonte de desigualdade e, por isso, é necessário modificar as relações de poder entre homens e mulheres, entre rapazes e raparigas, desde o ensino primário. Sabemos que, em vários países ocidentais, estes objetivos se tornaram realidade. Por exemplo, em França existe um programa de ensino chamado “O ABCD da igualdade”, proposto por Najat Vallaud-Belkacem, então ministra dos Direitos da Mulher, cujo objetivo era combater “o sexismo e os estereótipos de género”. Este programa foi introduzido experimentalmente no ano letivo 2013-2014 em cerca de seiscentas salas de aula do ensino infantil e primário em França. Perante a oposição que esta iniciativa pedagógica suscitou, em 25 de novembro de 2014, Najat Vallaud-Belkacem — que entretanto se tornara ministra da Educação Nacional — substituiu o programa “ABCD” por um plano de ação que... recupera as linhas orientadoras do seu projeto anterior. Os partidários da ideologia de género pretendem criar políticas que enfraqueçam aquilo a que chamam “estruturas de submissão”, isto é, todas as forças políticas, culturais e religiosas que atribuem papéis de género estereotipados a homens e mulheres e que, por isso, limitam as escolhas de vida das mulheres e das raparigas, e que obrigam os homossexuais a adotar “papéis heterossexuais” que rejeitam. Encontramos aqui os dois afluentes

envenenados que formam o rio chamado “gênero”: o feminismo e os grupos homossexuais e transexuais LGBT.

No livro recentemente publicado *Religião: a hora da verdade*,^[36] Dom Roland Minnerath, arcebispo de Dijon, afirma o seguinte: “*A modernidade quis apostar num homem desligado de Deus... Mas se Deus criou o mundo e os seres humanos, imprimiu neles uma ordem proveniente da sua sabedoria e da sua razão, uma ordem inteligível para nós*”. Por outras palavras, a ideologia de gênero assenta no relativismo, segundo o qual tudo é possível e aceitável. Bento XVI^[37] e, mais tarde, o Papa Francisco^[38], declararam que as nossas sociedades se orientam para uma *ditadura do relativismo*, que apenas reconhece o próprio ego e os seus desejos. Esta ideologia, que penetrou todas as camadas da sociedade, infiltra-se na Igreja a partir do exterior, mas também a partir do interior. O arcebispo emérito de Chicago, falecido em abril de 2015, o Cardeal Francis George, declarou a 12 de novembro de 2012 que, embora pensasse que “*morreria na sua própria cama — o que sucedeu efetivamente — podia acontecer que o seu sucessor morresse na prisão, e que o sucessor do seu sucessor poderia morrer mártir numa praça pública, por ter, por exemplo, denunciado a decadência de uma sociedade e por se ter esforçado por reconstruir pacientemente a civilização, exatamente como a Igreja fez em inúmeras ocasiões na história da humanidade*”.^[39] Existem, portanto, grupos de pressão (os chamados “lobbies”) que querem impor a ideologia de gênero e o relativismo moral. E se a família está em perigo, a própria sociedade está em perigo — e também a fé. Com efeito, os bispos (e, portanto, também os sacerdotes, que são seus cooperadores) são chamados a defender a santidade do matrimónio e da família. Se falham na sua missão, o nosso futuro — o futuro da humanidade — corre um grave perigo, porque a fé está sempre ameaçada por duas frentes: pela vontade de modificar a doutrina imutável ou pelo mau exemplo.

7. O belo combate pela família

Nos nossos dias, somos especialmente testemunhas de um combate frontal e violento entre “o espírito do mundo” e “o Espírito Santo”. Explico-me. Nos primórdios da Igreja, por exemplo em Roma, sabemos por São Paulo (epístola aos Romanos, capítulo 1) que o contexto cultural era

bastante semelhante ao contexto cultural que vivemos hoje: banalização do adultério, da poligamia, da homossexualidade, do aborto... Os cristãos daquela época não fizeram concessões, mas permaneceram fiéis ao Evangelho, mesmo quando o seu testemunho ia contra a corrente da cultura dominante. Foi graças ao seu exemplo — credível — que puderam tornar-se fermento dentro da massa pagã daquela época, de que Jesus fala,^[40] de tal modo que, pouco a pouco, se produziu a conversão de povos inteiros. E assim a Europa tornou-se cristã e floresceu uma civilização marcada pelo cristianismo, na qual o matrimónio — especialmente a dignidade da mulher — e a família, com o respeito pela criança desde a sua concepção, foram colocados em evidência. Os nossos antepassados na fé escolheram, portanto, o “Espírito Santo” e não o “espírito do mundo”... custasse o que custasse... ou seja, até sofrer troça, discriminação e até martírio. No entanto, durante os dois últimos Sínodos sobre a Família, celebrados em 2014 e 2015, num contexto social e cultural muito semelhante ao que havia na Roma antiga, pelo menos no Ocidente (isto é, caracterizado pela banalização e legalização do divórcio por consentimento mútuo,^[41] a união civil temporária^[42] ou as uniões de facto, a anticoncepção, o aborto, a manipulação genética, a fecundação “*in vitro*”, que supõe a matança de fetos considerados indesejáveis, a legalização do “matrimónio” homossexual^[43] ...), a tentação de ceder ao espírito do mundo dominante na actualidade surgiu graças a uma desculpa teológico-pastoral errónea: a adaptação dos ensinamentos da Igreja às realidades do mundo contemporâneo, ou, se preferirem, numa linguagem mais teológica, a adaptação da doutrina da Igreja aos casos particulares presentes na pastoral. Este verdadeiro entusiasmo por este modelo, que contudo não era uma descoberta recente (pensem nas teorias desviadas de Hans Küng...), retransmitido por meios de comunicação indulgentes, incluindo meios católicos, conquistou um certo número de bispos, um dos quais não hesitou em qualificar este paradigma como “fonte da revelação”.

8. Conclusão

Para concluir, gostaria de citar um excerto da *Carta às Famílias* do Papa São João Paulo II, de 2 de Fevereiro de 1994^[44]. Verão como esta carta continua tão actual: “Que Cristo, que é o mesmo «ontem, hoje e sempre» (cf. *Hb* 13, 8), esteja connosco enquanto dobramos os joelhos

diante do Pai, de quem procede toda a paternidade e maternidade e toda a família humana (cf. *Ef* 3, 14-15) e, com as mesmas palavras da oração ao Pai que Ele próprio nos ensinou, ofereça uma vez mais o testemunho do amor com que nos «amou até ao extremo» (*Jo* 13, 1)! Falo com a força da sua verdade ao homem do nosso tempo, para que compreenda que grandes bens são o matrimónio, a família e a vida; e que grande perigo constitui não respeitar estas realidades e uma menor consideração dos valores supremos nos quais se fundamentam a família e a dignidade do ser humano. Que o Senhor Jesus nos recorde estas coisas com a força e a sabedoria da Cruz (cf. *1Cor* 1, 17-24), para que a humanidade não ceda à tentação do «pai da mentira» (*Jo* 8, 44), que a empurra constantemente por caminhos largos e espaçosos, aparentemente fáceis e agradáveis, mas realmente cheios de armadilhas e perigos! Que nos seja concedido seguir sempre Aquele que é «o Caminho, a Verdade e a Vida» (*Jo* 14, 6). São João Paulo II disse em várias ocasiões que “o futuro da humanidade passa pela família”. Sim, se a batalha final entre Deus e o reino de Satanás passa pelo matrimónio e pela família, temos de tomar consciência, com urgência, de que já estamos no coração desta batalha espiritual da qual dependem o futuro das nossas sociedades humanas, e sabemos que a família, fundada no matrimónio de amor, monogâmico, livre, fiel e indissolúvel, é a célula básica. As nossas famílias cristãs são como esses múltiplos alvéolos de cera das colmeias, portanto, frágeis e que devem ser reforçados continuamente, que constituem a colmeia onde todos somos chamados a provar o mel da Verdade, isto é, as Palavras salvíficas do Senhor Jesus e da sua Esposa, a santa Igreja. Neste ano jubilar da Misericórdia, encontremos refúgio, tal como Maria, a Mãe do Redentor e nossa Mãe, no Coração de Jesus, nesse Sagrado Coração atravessado por amor a nós... antes que seja demasiado tarde.

[*] No original: *parejas* (ou *compañeros*)

NOTAS

[1] “Voce di Padre Pio”, Marzo 2008

[2] Entrevista com a imprensa durante o voo para Portugal. Cf. sítio Internet do Vaticano. Relativamente ao nosso tema, estes pecados cometidos na Igreja são o silêncio, as concessões e, portanto, a cobardia de um certo número de clérigos que receiam testemunhar a favor da verdade sobre o matrimónio e a família. No que diz respeito ao nosso tema, estes pecados que são cometidos na Igreja são o silêncio, a conivência e, portanto, a cobardia de um certo número de clérigos que receiam testemunhar a favor da verdade sobre o matrimónio e a família.

[3] Encontro Mundial das Famílias em Manila, 16 de janeiro de 2015. Cf. sítio Internet do Vaticano.

[4] Cf. Exortação pós-sinodal *Amoris Laetitia*, 19 de março de 2016, n.º 56. Cf. sítio Internet do Vaticano.

[5] Prefácio de *Christ's new Homeland-Africa. Contribution to the Synod on the Family by African Pastors*, San Francisco 2015, 8.

[*] *Deus ou nada*, entrevista sobre a fé, Palabra, Madrid, 2015.

[6] Sobre a questão do “gender” em geral, este estudo refere-se amplamente ao destacado trabalho de Marguerite A. Peeters, *La perspectiva de género: orígenes ideológicos lejanos de una norma prioritaria del gobierno mundial*, no Colóquio organizado pela associação Pétrusse, por ocasião do XX aniversário do Ano Internacional da Família, 24 de maio de 2014, Luxemburgo, pp. 4–5. Cf. também, na bibliografia desta autora: *La mundialización de la revolución cultural occidental*, Dialogue Dynamics, 2011; *El género, ¿una norma mundial?*, Mame, 2013; *La nueva ética mundial: desafíos para la Iglesia*, Dialogue Dynamics, 2006; *El ciudadano y la persona. Rebelión y reconciliación*, Dialogue Dynamics, 2014

[7] Cf. 1 Jo 3, 8 ; 1 Jo 5, 19 ; Jo 8, 44

[8] *Ap* 12, 7 y ss; cap. 16 a 19. Cf. também *Dn* 12, 1; *Mt* 24, 21; *Mc* 13, 19.

[9] *Gen* 1, 27.

[10] *Gen* 3,5: “sereis como deuses, conhecereis o bem e o mal.

[11] Os filósofos racionalistas, e depois os revolucionários, qualificavam a fé católica como “superstição medieval”. Essa era uma das acusações que, durante o Terror, justificava a pena de morte pronunciada pelos tribunais revolucionários contra os católicos fiéis à sua fé.

[12] Cf. Marguerite A. Peeters, “*La vocación final de la mujer: mundialización y signos de los tiempos*”, Coloquio: *La vocación de la mujer en la Iglesia*, Cúria Patriarcal Maronita, Oficina da Pastoral da Mulher, Ghazir, 25 de outubro de 2015, p. 3.

[13] Cf. Encíclica *Fides et Ratio*, 14 de setembro de 1998, Introdução.

[14] Marguerite A. Peeters, “*Tratamiento de términos tales como ‘gender’ y ‘sexo’ y de fórmulas más recientes tales como ‘orientaciones sexuales’ e ‘identidad sexual’ en el discurso ordinario y en el contexto de documentos de la ONU*”, Evento paralelo organizado por la Misión de Observador Permanente de la Santa Sede “*Para preservar la universalidad de los derechos humanos*”, Genebra, Palácio das Nações, 9 de março de 2012, pp. 2-3.

[15] Ou seja, a ecografia que sucedeu ao estetoscópio: este já permitia aos pais comovidos ouvir os batimentos do coração do seu filho.

[16] “Direito natural”, não no sentido de uma interpretação naturalista como a de J. J. Rousseau, mas tal como é definido por São Tomás: um direito querido por Deus e apreendido pela razão humana; está, portanto, inscrito na natureza do ser humano.

[17] Embora, numa resolução de 3 de julho de 2002, o Parlamento Europeu tenha recomendado aos Estados-membros a legalização do aborto.

[18] As feministas retomariam a teoria do super-homem para justificar a sua própria teoria do “poder masculino”, que seria necessário arrancar das mãos dos homens.

[19] A sua companheira, Simone de Beauvoir, pronunciou um dia esta frase, que se tornou proverbial nos círculos feministas: “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

[20] Cf. Gilles Lipovetsky, *La era del vacío*, Paris, Gallimard; Tony Anatrella, *No a la sociedad depresiva*, París, Flammarion, 1997.

[21] Cf. Marguerite A. Peeters, *La vocación filial de la mujer...*, p. 4.

[22] Cf. Gilles Lipovetsky, *La era del vacío*, Paris, Gallimard; Tony Anatrella, *No a la sociedad depresiva*, París, Flammarion, 1997.

[23] Cf. Marguerite A. Peeters, “*La definición de los nuevos conceptos de base para el matrimonio y la familia*”, Coloquio: *La familia y los desafíos actuales en el Medio-Oriente*, Centro mundial para el diálogo entre las civilizaciones “Liqaa”, Rabweh, 7–8 novembro 2014, p. 4.

[24] LGBT: Lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais.

[25] Cf. Marguerite A. Peeters, “*La definición de los nuevos conceptos de base para el matrimonio y la familia...*”, p. 4.

[26] Cf. Marguerite A. Peeters, “*La definición de los nuevos conceptos de base para el matrimonio y la familia...*”, p. 4.

[27] Cf. sítio Internet da “Fundação Jérôme Lejeune”. Durante a apresentação do seu livro *Las primeras víctimas del transhumanismo* (Paris, Ed. Pierre Guillaume de Roux, 2016), Jean-Marie Le Méné, Presidente da Fundação Jérôme Lejeune declarou que «o grande objetivo da ideología transumanista é ... (sic)

Nota do editor: “Nascida nos anos 90 nos EUA, a ideologia transumanista sustenta que a ciência e a tecnologia podem melhorar as características físicas e mentais dos seres humanos, além de reivindicar o

aparecimento de uma nova espécie. Partindo dessas bases, o "tecnoprofeta" R. Kurzweil recusa "qualquer forma de freio, limite e proibição que, em nome da prudência ou ética, impeça o homem de ir "além". Aqueles que decidem permanecer humanos e se recusam a melhorar a si mesmos constituirão uma subespécie". (Cf. www.laityfamilylife.va)

[28] Cf. *Famille Chrétienne*, n.º 1994, 2–8 abril 2016, p. 18.

[29] Entre esses países, podemos citar: Burkina Faso, Burundi, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Quênia, Lesoto, Ilha Maurícia, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbabué...

[30] Cf. Marguerite A. Peeters, "*Tratamiento de términos tales como 'gender' y 'sexo' y de fórmulas más recientes tales como 'orientaciones sexuales' e 'identidad sexual' en el discurso ordinario*", pp. 3–6.

[31] Mt 13, 33.

[32] Cf., por exemplo, DUDH, art. 2; ICCPR, arts. 1, 4, 24/1; ICESCR, art. 2/2; CEDAW, preâmbulo, art. 1; Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) de 1979, preâmbulo, art. 2.

[33] Encontramos esta mesma expressão na: DUDH (preâmbulo, 5), ICCPR (art. 3); ICESCR (art. 3); CEDAW (preâmbulo) e CDN (art. 29).

[34] DUDH, art. 16/3; ICCPR, art. 23; ICESCR, art. 10.

[35] DUDH, art. 16/1 e 2; ICCPR, art. 23/3.

[36] Paris, Artège, 2016.

[37] Especialmente na homilia da Missa *Pro eligendo Romano Pontifice*, 18 de abril de 2005. Cf. sítio Internet do Vaticano.

[38] Em particular no *Discurso ao Corpo Diplomático*, 22 de março de 2013. Cf. sítio Internet do Vaticano.

[39] Cf. *Monde et Vie*, nº868 de dezembro de 2012.

[40] *Mt* 13, 33

[41] Em França, uma sentença do Tribunal de Cassação de 17 de dezembro de 2015 considerou que o adultério já não é contrário à lei moral. Com efeito, no litígio que opunha Patrick Devidjan à revista *Point de Vue*, que o deputado acusava de difamação por ter revelado uma relação extraconjugual, o Tribunal de Cassação entendeu que “a evolução dos costumes, bem como a das concepções morais, já não permite considerar que a imputação de uma infidelidade conjugal possa, por si só, prejudicar a honra ou a consideração”. No entanto, apesar da lei de 11 de julho de 1975, que descriminaliza o adultério, a fidelidade continua ainda inscrita no Código Civil francês (art. 212).

[42] Chamado “pacto civil de solidariedade” em Francia, e “pacto de união civil” em Itália

[43] Vários países europeus (dos quais 11 membros da União Europeia) reconhecem o casamento entre pessoas do mesmo sexo: Países Baixos (desde 2001), Bélgica (2003), Espanha (2005), Suécia (2009, com uma disposição que obriga a Igreja a encontrar um pastor para celebrar os casamentos religiosos), Noruega (2009), Portugal (2010), Islândia (2010), Dinamarca (2012), França (2013), Grã-Bretanha (Inglaterra e País de Gales em 2013, Escócia em 2014), Finlândia (2014), Luxemburgo e, por fim, Irlanda (2015).

[44] Cf. sítio Internet do Vaticano.